



CURRÍCULO ESCOLAR E A REALIDADE SOCIOCULTURAL EM GUINÉ-BISSAU: RELATOS E PROPOSTAS DE MUDANÇA

Margarida João Embundé¹

Nemésio Boni Nanque²

José Sanhá³

Peti Mama Gomes⁴

RESUMO

No presente trabalho, objetivamos relatar, a partir de nossas experiências como estudantes guineense do curso de Pedagogia, o distanciamento que existe entre os conteúdos plasmados no currículo escolar e a realidade sociocultural do país. Também pretendemos sugerir propostas viáveis, para que os espaços escolares se tornem locais que reflitam, representem e ensinem a realidade guineense. Para isso, realizamos um estudo de caráter qualitativo, baseado na revisão bibliográfica dos materiais pesquisados e em uma “escrevivência” (Evaristo, 2006), ou seja, construímos este trabalho alicerçados em nossas vivências nas escolas de Guiné-Bissau, desde o ensino primário até o ensino médio. A cultura é a base da educação, admitir uma educação alheia a nossa cultura é a forma de entregarmos a dominação do saber. O currículo como instrumento que contribui na validação das identidades sociais, precisa ser adequado com a realidade sócio histórico e cultural dos guineenses, seja inserida a heterogeneidade do seu povo e os seus saberes endógenas. Propomos, portanto, um currículo de caráter emancipatório, mas livre de agendas internacionais. Concluímos que o Estado precisa criar condições para se libertar das dependências econômicas e das influências das agências internacionais, de modo que o Ministério da Educação Nacional e Ensino Superior (MENES), como entidade responsável pela formulação de políticas educacionais, controle e avaliação do processo de ensino, possa ter autonomia total de definir o futuro e o formato dos cidadãos guineenses por meio da educação.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; currículo; experiência; realidade.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Palmares, Discente, carvalhomargarida7@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Palmares, Discente, nemesio2000@aluno.unilab.edu.br²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Palmares, Discente, josesanha54@gmail.com³

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Palmares, Docente, mamina31gomes@gmail.com⁴

INTRODUÇÃO

A escola, como estabelecimento em que ensino é ministrado, demonstra sua importância e o papel que ela desempenha numa sociedade. Dada essa relevância, a escola é considerada uma das instituições socializadoras do ser humano. O processo de socialização do indivíduo começa no ambiente familiar, seguido pela comunidade em que está inserido, e posteriormente se amplia na escola, onde passa a interagir com pessoas de diferentes origens.

Atualmente, existem instituições escolares por quase todo quadrante do país, excepto em algumas tabankas - aldeias longínquas, e essas escolas têm contribuído bastante na formação dos cidadãos guineenses. Contudo, a realidade social e cultural do povo deste país ainda se distancia daquilo que se ensina nas suas escolas. A sociedade guineense está composta por vários grupos étnicos, com traços culturais e tradicionais diferentes, um povo como uma rica história de resistência colonial, uma diversidade que revela sua identidade denominada “guineendadi”, respaldada no multiculturalismo. O país conta com um território geograficamente diverso, que abriga abundantes florestas, faunas, mares, lagos e conjunto de relevos, como as planícies e planaltos do setor de Madina de Boé. Há também localidades históricas, como Kansala, Canhabaque, Komo, Nhampassaré e entre outros. E todos esses fatos citados e entre outros que compõem a realidade guineense e a sua identidade se encontram afastados dos conteúdos que se ensinam nas escolas.

Neste trabalho, objetivamos relatar, a partir de nossas experiências como estudantes guineenses do curso de Pedagogia da Unilab-Ceará, o distanciamento existente entre os conteúdos presentes no currículo escolar e a realidade sociocultural da Guiné-Bissau. Também pretendemos sugerir propostas que consideramos viáveis para que os espaços escolares se tornem locais que reflitam, representem e ensinem a realidade guineense.

Entendemos ser de extrema relevância refletir sobre a realidade na qual estudamos e na qual pretendemos atuar como futuros pedagogos, especialmente porque estamos cada vez mais aprofundando nossos conhecimentos em educação, adquirindo novas perspectivas e desenvolvendo a capacidade de interpretar a realidade escolar e propor soluções para as adversidades identificadas.

METODOLOGIA

Para tanto, fizemos um trabalho de caráter qualitativa, baseada na revisão bibliográfica dos materiais ora pesquisados, igualmente, efetuamos uma escrivência (Evaristo, 2006), ou seja, em outras palavras, também realizamos este trabalho alicerçado nas nossas vivências nas escolas na Guiné-Bissau, o nosso aprendizado desde ensino primário até ensino médio. Referências bibliográficas utilizadas, no caso de artigos, dissertações, teses e demais materiais, são as que debruçam temáticas relacionadas ao assunto que abordamos, para assim, fundamentar nossa reflexão e de igual modo trazer as nossas contribuições.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Incompatibilidade do currículo escolar com a realidade

O processo de ensino e aprendizagem, por ser complexo, requer preparação, planejamento e uma elaboração minuciosa e estruturada para sua execução. O instrumento que determina e orienta todo o processo de ensino e aprendizagem numa escola, chama-se “currículo escolar”. Currículo escolar é o alicerce da realização do ensino numa escola, pois nele estão todos os conteúdos a serem ensinados e conhecimentos a serem desenvolvidos. A seleção destes conteúdos e conhecimentos deve se relacionar com o contexto sócio histórico e com os saberes endógenas da sociedade em que a instituição escolar se encontra inserida,



conservando assim o direito dos educandos ao conhecimento cultural do seu meio envolvente (Correia, 2023).
Moreira; Silva (1995, p.7-8 apud Dos Santos Dutra, 2022, p.55), descreve que,

o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (Moreira; Silva, 1995,p. 7-8).

Uma vez que não é um elemento neutro, currículo se intromete na autenticação do conhecimento, na validação de identidades sociais e particulares e condiciona a inclusão e exclusão de entidades que compõem a comunidade escolar, igualmente a sociedade como um todo (Morgado; Santos; Silva, 2016). Alinhado com a perspectiva de Gabarra (2018), vê-se que a escolha prioritária dos conteúdos da ideologia dominante no processo da elaboração de currículo escolar, representa uma negação aos cidadãos a compreensão da formação da sua organização social. Narração dessa ideologia, do contexto social, político e econômico dos agentes sociais pertencentes a classe dominante esconde a realidade, porque é apresentada no currículo como ideal para toda sociedade, pelo contrário não representa a realidade de pessoas de classe dominada (idem).

O país começou a imprimir novas dinâmicas em diferentes sectores da vida pública após a conquista da sua independência, logo nos primeiros anos notava-se forte presença da memória nacional na construção de currículo escolar conforme explica Morgado; Silva e Santos (2016). Com o passar do tempo, celebrou acordos de parceria com outros países e a integrou em vários organismos internacionais, neste âmbito aderiu ao programa de ajuste estrutural (PAE), que é um instrumento financeiro de Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) em 1985 e, este passou a financiar o país na área de educação, particularmente no ensino básico (Djaló, 2009).

Sendo um país dependente das doações dos organismos internacionais, Guiné-Bissau experimenta fortes influências externas, fato que lhe incapacita de definir e conduzir suas políticas educativas. Segundo Da Silva (2011) assevera que,

as organizações internacionais de forma a obter a aprovação de certas medidas por parte do Ministério da Educação incluíram condicionalismos nas propostas; a definição de políticas educativas foi sempre realizada entre o Ministério da Educação e as agências internacionais, no entanto, como esta relação é desigual, originou o seguinte paradoxo: o Ministério da Educação tem que prestar contas às organizações internacionais e não contrário (Da Silva, 2011,p.9).

Essa observação demonstra claramente que, o Ministério da Educação Nacional e Ensino Superior (MENES), não possui autonomia total na definição da política educativa nacional, tendo em conta atua em função dos organismos internacionais, e é neste sentido que as referidas agências internacionais passam a definir e determinar o currículo escolar, introduzindo por seu intermédio as ideologias capitalistas nas escolas.

Propostas de mudança

Entendemos que o currículo escolar que vigora no nosso país, precisa de uma reforma profunda e urgente, visto que se distancia da realidade dos alunos e, o estranhamento que isso causa contribui na evasão escolar, no baixo rendimento escolar e sobretudo na alienação dos alunos com relação às suas realidades sociocultural. A escola como estabelecimento onde o ensino é ministrado ela se configura como espaço em que a cultura é organizada e garantida a sua continuidade, nela os educandos recebem ensinamentos e são projetados para vida social e intelectual (Júnior, 2022). Sendo que a cultura é modo de existir e de ser de um povo, isto é, conjunto dos saberes, tradições, hábitos, técnicas, costumes e comportamentos.

Da mesma forma, Benedicto (2016), afirma que é preciso que a educação dos alunos se baseie nos valores,



crenças e conhecimentos das suas culturas e, salienta que é maneira de fazê-los idealizar suas identidades culturais. No entanto, para garantir produtividade nas escolas, isto é, a formação de cidadãos com a consciência política, comprometidos com valores da nação, da cultura, de modo geral, conscientes da sua realidade, é necessário que as escolas sejam espaço livre domínio ideológicos com finalidades mercantilistas. As entidades que compõem a comunidade escolar, no caso dos pais e encarregados da educação dos alunos, representante de comitê dos alunos, responsáveis pela comunidade em que a escola se encontra situada, devem participar de forma ativa na tomada das decisões alusivos ao funcionamento da instituição.

Não existe uma fórmula cabal para elaboração de currículo escolar, por isso não aventuraremos em tecer algo do tipo, pretendemos de seguida, apresentar a nossa perspectiva como uma das vias que podem ser percorridas para edificação de um ensino inclusivo e que espelha a nossa realidade enquanto guineenses. Sugerimos a criação de um currículo de caráter emancipatório. Segundo Correia (2023, p.71), currículo dessa natureza,

refere-se a um currículo no qual existe a diversidade de saberes. Também, onde não se deve basear-se no pertencimento de um indivíduo de um determinado continente, povo ou de uma certa nação. Isso faz com que nenhum conhecimento dependendo do seu lugar de origem seja excluído por não se adequar a um certo padrão específico.

Alinhado com a perspectiva acima citado, entende-se que há necessidade de levar em consideração a diversidade do povo guineense, seu contexto sócio histórico, saberes endógenas na construção de conjunto dos conteúdos que se ensina nos espaços escolares, sem deixar de fora outros saberes que possam ser benéficos no processo, porém com exceção da sobreposição de agendas internacionais que invisibiliza saberes locais em detrimento dos eurocêntricos.

Para o efeito, é preciso que Ministério da Educação Nacional, na qualidade da entidade responsável pela garantia da organização e controle do processo do ensino e aprendizagem, se digne em criar uma equipe multi e interdisciplinar de técnicos de vários ramos, tendo como principais: Pedagogos, Psicólogos Educacionais, Especialistas em Educação Inclusiva, Professores de diferentes disciplinas, Especialistas em Designers Instrucionais, Especialistas em Avaliação Educacional, Sociólogos da Educação, Administradores Escolares, Especialistas em Educação Ambiental e Especialistas em Saúde Escolar para efetuar um estudo aprimorado, levantamento de informações a nível nacional e elaborar um currículo exequível e inclusivo. Um currículo capaz de promover a conscientização dos alunos para o exercício pleno da cidadania.

CONCLUSÕES

Face a tudo que foi narrado, concluímos que a cultura é a base da educação, admitir uma educação alheia a nossa cultura é a forma de entregarmos a dominação do saber. O currículo como instrumento que contribui na validação das identidades sociais, precisa ser adequado com a realidade sócio histórico e cultural dos guineenses, seja inserida a heterogeneidade do seu povo e os seus saberes endógenos, referimos assim um currículo de caráter emancipatório, mas livre de agendas internacionais.

Para isso, o Estado precisa se reunir condições para se libertar das dependências econômicas e das influências das agências internacionais, de modo que, o Ministério da Educação Nacional e Ensino Superior (MENES), na qualidade de entidade responsável para criação de políticas educacionais, controle e avaliação do processo de ensino, possa ter autonomia total de definir o futuro e o formato dos cidadãos guineenses por meio da educação.



AGRADECIMENTOS

A UNILAB e a nossa orientadora. Obrigado!

REFERÊNCIAS

BENEDICTO, Matheus Ricardo. Afrocentricidade, Educação e Poder: Uma crítica afrocêntrica ao eurocentrismo no pensamento educacional brasileiro, São Paulo, s.n., 2016.

CORREIA, N. O sistema educativo na Guiné-Bissau: Uma análise do processo de evasão escolar e o currículo nas escolas do ensino secundário. KWANISSA: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, São Luís, v.06, n.14, p. 60-82, jan/jun, 2023.

DA SILVA, Rui Manuel Ferreira. Globalização e currículo: atores e processos. Um estudo exploratório na Guiné-Bissau. 2011. Dissertação (mestrado) -Universidade de Minho, 2011.

DJALÓ Mamadú. A interferência do Banco Mundial na Guiné-Bissau: A Dimensão da Educação Básica - 1980-2005. (Dissertação de Mestrado) Florianópolis. 2009.

EVARISTO, Conceição. Becos da memória. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

GABARRA, Larissa Oliveira. A desconstrução do “outro” por uma educação libertária: uma experiência de extensão universitária do ensino de História da África no Ensino Fundamental II. In: : Construindo pontes: Paulo Freire entre saberes, projetos e continentes / Elaine Ferreira Rezende de Oliveira, Larissa Oliveira e Gabarra, Leandro Proença (Organizadores); Anderson Gonçalves Costa ...[et al.].- Fortaleza: EdUECE, 2018.

JÚNIOR, José Semedo. O sistema escolar na Guiné-Bissau: um estudo sobre o impacto do eurocentrismo no nível básico do sistema de ensino guineense. Trabalho de conclusão de curso-modalidade projeto de pesquisa (Bacharel em Humanidades)- Instituto de Humanidades-UNILAB-Malês, São Francisco do Conde, 2022.

MOREIRA, Domingos. Políticas públicas de alfabetização de massa na Guiné-Bissau. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

MORGADO, José Carlos; SANTOS, Júlio; SILVA, Rui. Currículo, memória e fragilidades: contributos para (re)pensar a educação na Guiné-Bissau. Centro de Investigação em Ciências Sociais, jun/2016.